



Boletim 251 do WRM
Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais
Julho/ Agosto 2020

O capitalismo verde se expande sobre comunidades e territórios



Foto: Mongabay

Nossa Opinião: Resistindo a uma (mono)cultura de devastação.....	2
A agonia de um projeto de plantação de árvores em terras de comunidades em Uganda	4
Da campanha “Tornar a Pátria Verde” ao aplicativo “Ant Forest”: as plantações de árvores na política ambiental da China	8
África do Sul: morte por monoculturas de eucalipto.....	13
Colômbia: A empresa de plantações de dendê Poligrow planeja se apropriar de mais terras no sistema de “pequenos produtores”.....	16
Outro olhar sobre “fazer conservação”: o Kawsak Sacha do povo quéchua de Sarayaku, no Equador	22
O desmatamento na Amazônia e o dinheiro do REDD+ que continua chegando no Brasil	24
A estrada que ameaça destruir a floresta “protegida” de Harapan, em Sumatra do Sul, Indonésia	29
RECOMENDADOS	
Crítica feminista ao poder das empresas.....	32
Defensores de terras enfrentam violência cada vez maior.....	32
“Certificação sem sentido”.....	32
A farsa das doações no combate à Covid-19 no Brasil.....	32

Este Boletim tem artigos escritos por as seguintes organizações e indivíduos: Witness Radio de Uganda; uma pesquisadora da China; GeaSphere África; um membro do povo Kichwa de Sarayaku no Equador um ativista da Indonésia; e membros do Secretariado Internacional do WRM

O capitalismo verde se expande sobre comunidades e territórios

Nossa Opinião

Resistindo a uma (mono)cultura de devastação



Plantação de dendê de Poligrow na Colômbia. Ph: Agência de Investigação Ambiental

Há dezesseis anos, organizadores comunitários de comunidades camponesas, indígenas e tradicionais que lutam contra a expansão das monoculturas de árvores no Brasil decidiram que era necessária uma data para celebrar essa resistência. Nesse dia, ações e expressões simultâneas de solidariedade em todo o mundo deram mais atenção às várias lutas intensas e diversas contra essa indústria devastadora. Foi assim que o 21 de setembro – Dia da Árvore no Brasil – se tornou o **Dia Internacional de Luta Contra as Monoculturas de Árvores**.

O modelo de plantações é baseado na ideia de garantir a maior produtividade e, portanto, os maiores lucros possíveis. Consequentemente, também significa garantir os menores custos. Os impactos ecológicos e sociais dessas plantações de árvores, seja para a produção de madeira, celulose e papel, fibra, borracha, óleo de dendê, aparas de madeira para bioenergia, créditos de carbono ou para “restaurar a cobertura verde”, são profundamente destrutivos e recaem principalmente sobre comunidades cujas terras foram invadidas, cercadas e/ou poluídas por essas plantações.

Um claro exemplo disso é o artigo vindo de **Uganda**, onde, mais de 15 anos após a empresa The New Forests Company iniciar suas plantações, muitas das pessoas despejadas ficaram sem nada e continuam lutando para recuperar suas terras, seu sustento e, acima de tudo, sua dignidade. Outro artigo deste boletim faz uma descrição histórica dos programas de plantação de árvores na **China** e demonstra que as empresas de plantação estão em busca de novas oportunidades para obter lucros, como uma aliança com empresas digitais para apoiar o consumismo “verde”.

As empresas plantam uma espécie única de árvore para aumentar a produtividade, geralmente nas terras mais férteis e planas que conseguem encontrar (ou, geralmente, tomar), com fontes de água suficientes para suas árvores. Elas costumam usar maquinário pesado para o plantio e a colheita, além de uma grande quantidade de fertilizantes químicos e agrotóxicos. Um artigo vindo da **África do Sul** alerta sobre o grave impacto que as

plantações de árvores causam nas fontes de água locais e como, apesar de haver evidências sólidas sobre isso, as empresas continuam intensificando a produção – tendo na biomassa um impulso recente para mais expansão.

O modelo de plantação também depende de títulos de terra e escrituras das comunidades, em sua maioria sem registro formal, vulneráveis e não reconhecidos pelos Estados. Como resultado, a tomada e a invasão maciças de florestas e terras comunitárias no Sul global são prática comum. Os Estados, por outro lado, geralmente facilitam a implementação e a expansão desse modelo ao dar incentivos financeiros e fiscais ou disponibilizar suas forças de segurança para garantir deslocamentos, despejos e criminalização da resistência. Essa violência é praticada principalmente em conjunto com seguranças das empresas. Um artigo neste boletim, oriundo da **Colômbia**, destaca o papel de uma empresa de plantação de dendê na apropriação de territórios marcados por violência, expulsão e conflito.

As empresas de plantações, por sua vez, afirmam gerar “desenvolvimento” e contribuir para a conservação das florestas, e chegam a definir suas vastas monoculturas como “florestas” plantadas. Mas, como explica Marlon Santi, do povo quéchua de Sarayaku, no **Equador**, em outro artigo deste boletim: *“Para nós, ‘conservação’ é considerar a floresta como um ser vivo, ou floresta vivente. Só assim entendemos o que devemos fazer como ‘conservação’ (...) Para viver bem e para que as florestas sejam preservadas, é essencial que não se use o nome do ‘desenvolvimento’ (...) Porque o nosso mundo muda com isso, e eu chamo de mundo esse espaço de vida”.*

Apesar da grande quantidade de vozes da comunidade e pesquisas expondo os impactos negativos das monoculturas de árvores, elas ainda estão sendo promovidas e às vezes financiadas por governos, o Banco Mundial, a ONU, ONGs, agências de desenvolvimento e outras instituições. Eles afirmam que essas monoculturas são a solução para os problemas mais urgentes do mundo: mudanças climáticas, degradação florestal e energia.

Esses mesmos atores também pressionam e facilitam a expansão de outras falsas soluções prejudiciais. Do **Brasil**, um artigo aponta que, apesar do aumento alarmante na destruição da floresta, vários estados da Amazônia brasileira continuam recebendo verbas de REDD+ do governo alemão. Além disso, uma entrevista com um ativista da **Indonésia** alerta sobre as contradições por trás das chamadas Concessões para Restauração de Ecossistemas e a ameaça de construção de uma estrada para o transporte de carvão mineral atravessando a primeira dessas Concessões no país.

A cada ano – e apesar dos esquemas de certificação, programas de compensação, campanhas de plantações “verdes” e outras táticas empresariais que tentam esconder o dano e a violência que estão por trás do modelo das plantações – várias comunidades e movimentos se levantam durante este mês para dar visibilidade a suas lutas e denunciar os impactos negativos das plantações de árvores sobre suas vidas e seus territórios.

Mais uma vez, o WRM se une ao Dia Internacional de Luta Contra as Monoculturas de Árvores em solidariedade às muitas comunidades e grupos que continuam defendendo incansavelmente a vida.

Junte-se à luta!

Plantações não são florestas!

NÃO às plantações de monoculturas industriais de árvores!

A agonia de um projeto de plantação de árvores em terras de comunidades em Uganda



Algumas das mães que perderam filhos por falta de comida após os despejos da New Forests Company. Foto: witnessradio.org

A tristeza enche os corações dos moradores de sete povoados no distrito de Mubende, onde a New Forests Company despejou ilegalmente cerca de 10 mil famílias de suas terras.

A New Forests Company (NFC), empresa sediada no Reino Unido, foi fundada com a visão de criar “produtos de madeira sustentáveis” na África Oriental, em meio ao desmatamento galopante. As plantações da NFC também são um projeto de carbono, que gera mais lucros para a empresa com a venda de créditos de carbono. A primeira árvore foi plantada em Mubende em 2004. Desde então, a empresa se expandiu rapidamente, com quatro novas áreas de plantações em Uganda, bem como na Tanzânia e em Ruanda.

A expansão, no entanto, trouxe um sofrimento inimaginável para centenas de famílias, e graves abusos aos direitos humanos, principalmente em Mubende. Entre 2006 e 2010, mais de 10 mil pessoas foram despejadas de suas terras no distrito – em alguns casos, com uso de violência – para abrir espaço para as plantações da NFC.

A NFC e o Banco Mundial, um dos apoiadores financeiros da empresa, chegaram a desenvolver um diálogo com as pessoas que eles mesmos despejaram, mas depois abandonaram. De acordo com documentos aos quais teve acesso a plataforma de mídia ugandense witnessradio.org, a NFC foi arrastada para um diálogo com os despejados depois que um relatório crítico denunciou, em 2011, a falta de respeito pelos direitos humanos das comunidades, em nome de um projeto de créditos de carbono. (1) O relatório, que foi divulgado pela ONG Oxfam, acusava a NFC e seus seguranças de cometer violações/desrespeito aos direitos humanos com impunidade. O Banco Mundial nomeou um mediador de seu Gabinete do Assessor de Conformidade/Ombudsman (CAO). O CAO lida com reclamações de comunidades afetadas por investimentos feitos pela Corporação Financeira Internacional, o braço privado do Banco Mundial.

Em 2011, a NFC atraiu investimentos de bancos internacionais e fundos de *private equity*, entre eles, o **Banco Europeu de Investimento (BEI)**, instituição de financiamento da União Europeia, que emprestou 5 milhões de euros (quase 6 milhões de dólares) à NFC para que

expandisse uma de suas plantações em Uganda. **O Agri-Vie Agribusiness Fund**, um fundo de investimento de *private equity* com foco em alimentos e agronegócio na África Subsaariana, investiu 6,7 milhões de dólares na NFC. O próprio Agri-Vie é patrocinado por instituições financeiras de desenvolvimento, como a **Corporação Financeira Internacional (IFC), braço do Banco Mundial encarregado de empréstimos ao setor privado**. Mas o investimento mais significativo veio do **banco britânico HSBC** (cerca de 10 milhões de dólares), e deu ao banco 20% da propriedade da NFC e uma vaga em seu Conselho. Em tese, todos esses investidores cumprem padrões socioambientais para manter e administrar suas carteiras de projetos.

Sofrimento e violência duradouros

Após um diálogo de 15 meses intermediado pelo CAO, foi oferecido muito pouco às pessoas despejadas, em comparação com o que elas possuíam antes. Os pequenos pagamentos não se baseavam em resultados de qualquer avaliação sobre o que os moradores haviam perdido devido aos despejos violentos e forçados.

A witnessradio.org descobriu que, durante o diálogo, a NFC forçou os despejados a formar uma cooperativa para poder receber algum pagamento da empresa. Além disso, eles foram forçados a pagar taxas para se tornar membros dessa cooperativa. Muitos não tinham como pagar, mas as poucas pessoas que conseguiram acabaram recebendo menos de meio hectare de terra cada uma. Apenas 48% dos 10 mil despejados receberam esse terreno.

Nossas investigações indicam que, depois que a NFC usou a conta da cooperativa para pagar 600 milhões de xelins ugandenses (cerca de 180 mil dólares) por 8.958 hectares de terra e outros prejuízos sofridos pelos despejados, as partes envolvidas os abandonaram à sua própria sorte.

As plantações da empresa acabaram com vidas e causaram danos irreparáveis às comunidades afetadas.

De acordo com os despejados, as plantações da NFC causaram um grande número de mortes de crianças por desnutrição. Na época dos despejos, todas as crianças abandonaram a escola e se casaram jovens. Além disso, muitas famílias despejadas começaram a viver em campos de refugiados, depois de não conseguirem obter alimentos, enquanto centenas delas se desfizeram. E a lista de impactos duradouros continua.

Os depoimentos sobre os despejos forçados e a falta de indenização mancham os projetos de desenvolvimento social que a empresa destaca quando fala sobre suas conquistas.

Shantel Tumubone, de 50 anos, e sua família foram despejadas há 10 anos de sua casa ancestral no povoado de Kyamukasa, no subdistrito de Kitumbi, distrito de Kassanda. Elas receberam a promessa de uma compensação que lhes permitiria encontrar outras terras onde poderiam se estabelecer.

Tumubone se mudou para uma aldeia próxima enquanto procurava um terreno, já prevendo que receberia a indenização. “Eu estou esperando até agora pelo dinheiro. Não recebemos um centavo de indenização e não sabemos se isso vai acontecer”, disse ela, cuja esperança está se esvaindo, segundo a witnessradio.org.

Depois de esperar em vão, Tumubone conseguiu um emprego informal em uma fazenda no povoado de Kabweyakiza, a poucos quilômetros de onde ela morava com a família. Depois de perder tudo durante o despejo, ela ainda perdeu o marido porque eles não podiam mais pagar os tratamentos de saúde dele. Pior ainda, ela não tinha onde enterrá-lo e, com isso, fez uma troca com a empresa de plantações: faria trabalhos ocasionais nas plantações por oito meses e a empresa lhe daria um pedaço de terra em sua antiga aldeia, avaliado em 1 milhão de xelins ugandenses (cerca de 270 dólares) para que ela pudesse enterrar o marido.

Tumubone é uma das muitas pessoas que foram levadas à condição de pobres e sem-terra pela New Forests Company. Pessoas que tinham terras para cultivo e sobrevivência se tornaram pedintes, enquanto várias outras passaram a trabalhar para a Empresa nas terras que haviam sido delas próprias.

Muitas das pessoas com quem a Witnessradio.org conversou contestam relatos de que teria havido a devida consulta e indenizações para busca de outras terras.

“Nós nunca fomos consultados nem concordamos com o que a New Forests Company fazia. Fomos reduzidos a indigentes, e quem escolheria esta vida? Eu, pessoalmente, possuía seis hectares de terra onde eu plantava várias coisas”, disse um dos residentes que agora é trabalhador ocasional das plantações da Empresa.

Apesar de tudo isso, em seu relatório de 2011 para a ONU, a New Forests Company afirma que as pessoas desocuparam suas terras de forma voluntária e pacífica, o que não condiz com a situação descrita quando se conversa com as comunidades afetadas e se ouve o que elas têm a dizer.

FSC: Certificando a devastação

O que também é surpreendente é que a NFC tenha conseguido obter uma certificação FSC para suas plantações, o que supostamente atestaria que as práticas das empresas são “socialmente benéficas”. O selo FSC deve garantir que os produtos certificados venham de plantações manejadas de forma responsável e que proporcionam benefícios ambientais, sociais e econômicos.

Em relação aos despejos, o FSC declarou, em um relatório de auditoria realizado em 2010, que a empresa havia usado meios pacíficos e agido com responsabilidade.

Com a situação nas áreas onde a New Forests Company está implementando seus projetos de plantação de árvores, não há dúvida de que a empresa desrespeita os critérios da certificação para a aquisição de terras. Em consequência, muitos desabrigados ficaram com pouca esperança de retornar às suas terras e casas.

O líder das famílias desalojadas, o Sr. Julius Ndagize, disse que as várias reuniões mantidas com os administradores da New Forests Company não foram frutíferas.

“A empresa só conseguiu reassentar algumas famílias depois que garantimos 200 hectares de terra no povoado de Kampindu, onde cada família obteve menos de meio hectare, e o resto está sem terra”, diz ele.

O contexto do aumento dos grandes investimentos

Após a alta nos preços das commodities, em 2007-2008, os investidores manifestaram interesse em 56 milhões de hectares de terra para agricultura e produção de madeira, e a África Subsaariana respondia por 2/3 dessa demanda. Apesar do histórico fraco em termos de grandes investimentos agrícolas na África e em partes da Ásia, o tamanho médio global do projeto de 40 mil hectares sugere que esses investimentos possam ter implicações importantes para os direitos à terra e para seus atuais usuários, principalmente os pequenos proprietários.

O que é alarmante é que os países com estruturas jurídicas fracas no reconhecimento dos direitos à terra, bem como regulamentação ambiental deficiente para operações de empresas, provavelmente receberão grandes investimentos.

A constituição do país afirma que “as terras de Uganda pertencem aos cidadãos de Uganda”. Mas casos de não pagamento de indenizações por mais de dez anos indicam um desrespeito visível em relação à legislação do país e o abuso total aos direitos dos cidadãos aos quais a terra pertence.

Despejos forçados também constituem violações graves de uma série de direitos humanos reconhecidos internacionalmente, incluindo os direitos a condições adequadas de moradia, alimentação, água, saúde, educação, trabalho, segurança pessoal, proteção contra tratamento cruel, desumano e degradante, e liberdade de movimento.

Os impactos desses despejos vão muito além das perdas materiais, levando ao aprofundamento de desigualdades e injustiças, marginalização e conflitos sociais.

Com os despejos acontecendo ininterruptamente em Uganda, não há dúvida de que a lacuna entre ricos e pobres está aumentando, além do flagrante abuso aos direitos humanos.

Equipe da Witness Radio, Uganda
witnessradio.org

(1) Boletim do WRM 171, Uganda: a empresa New Forests Company – o FSC legitimando a expulsão de milhares de pessoas e a venda de créditos de carbono, 2011, <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao2/uganda-a-empresa-new-forests-company-o-fsc-legitimando-a-expulsao-de-milhares-de-pessoas-e-a-venda-de-creditos-de-carbono/> e Oxfam International, The New Forest Company and its Uganda plantations, 2011 <https://www.oxfam.org/en/research/new-forests-company-and-its-uganda-plantations-oxfam-case-study>

Da campanha “Tornar a Pátria Verde” ao aplicativo “Ant Forest”: as plantações de árvores na política ambiental da China



Placa na Alxa Left Banner, China, mostrando o logotipo da Alipay e Ant Forest. Indica: No. 281 Campo Florestal do Ant Forest; Tipo: haloxylon ammondendron; Número total: 238.500 árvores; Este campo é plantado e mantido pela China Green Foundation. Foto: China Green Foundation.

Em julho de 2020, ecoando a política da “Bela China” do presidente Xi Jinping, (1) a Lei Florestal recentemente alterada definiu oficialmente o 12 de março como o Dia Nacional do Plantio de Árvores.

Já antes dessa alteração na lei, todos os anos, nessa data, a cobertura de notícias na China dava destaque a membros do governo de diferentes níveis participando de atividades de plantio de árvores, incluindo a mais alta liderança do governo central. O Dia do Plantio de Árvores na China teve origem várias décadas antes, quando o Governo Nacionalista escolheu essa data para o luto por Sun Yat-sen, que foi o primeiro presidente da República da China e fez muito para promover a plantação de árvores durante sua vida.

O Dia do Plantio de Árvores é uma síntese da política ambiental da China contemporânea, em que plantar árvores em escala industrial tem um papel fundamental.

Desde 1949, uma série de grandes projetos de plantio de árvores foi lançada e coordenada pelo governo chinês. Esses projetos conhecidos começaram em períodos diferentes, com condições políticas e econômicas muito distintas, de modo que cada um tem uma estrutura e uma agenda únicas. O mais recente é o aplicativo chamado Ant Forest, que obteve grande influência social em um curto período. O programa para smartphones permite aos consumidores participar do plantio e/ou da conservação de árvores enquanto consomem online.

A trajetória dos projetos de plantação de árvores na China depois de 1949 mostra que sua força motriz tem passado cada vez mais do poder político para os incentivos de mercado.

“Tornar a pátria Verde”

Em 1956, para apoiar o desenvolvimento industrial e reduzir a frequência das inundações, o Partido Comunista Chinês lançou a campanha “Tornar a pátria Verde”. (2) Nos dois anos que se seguiram, 80% dos cidadãos do país participaram de diferentes tipos de atividades de plantio de árvores, e foram plantados 16 milhões de hectares. (3) A campanha foi iniciada e coordenada por alguns membros da elite política do Partido Comunista Chinês, como Mao Tse-Tung e Zhou Enlai, e tinha uma natureza estritamente “de cima para baixo”. A consciência ambiental ainda não era cultivada pelas pessoas comuns, e os motivos para que elas se mobilizassem nessa campanha de massas eram a adoração aos líderes políticos e o fervor ideológico. (4) Mesmo assim, a campanha fracassou, pois continha uma enorme incerteza e dependia muito da vontade pessoal dos líderes.

De 1958 em diante, começou a prevalecer entre os membros do governo uma mentalidade voltada à promoção do “progresso” e do “desenvolvimento”. A Campanha do Grande Salto à Frente foi lançada por um período de cinco anos, com o objetivo de reconstruir o país, que passaria de uma economia agrária para uma sociedade comunista industrializada. Durante esse período, o governo incentivou a rápida industrialização da China e fez planos de produção que estavam fora da realidade e resultaram em imensa degradação ambiental. Por exemplo, muitos fornos de fundo de quintal foram construídos para aumentar a produção de aço, e as pessoas fundiam qualquer objeto desse material que encontrassem. Para alimentar esses fornos, foram destruídas áreas incomensuráveis de floresta. Ironicamente, o mesmo poder político que promoveu o Grande Salto à Frente resultou, dessa vez, na mais significativa devastação ambiental provocada pelo homem na história chinesa moderna. (5)

Projeto de Florestamento do Cinturão de Proteção dos Três Nortes

O Projeto de Florestamento do Cinturão de Proteção dos Três Nortes (também conhecido como Grande Muralha Verde) cobre vastas áreas de terra nas regiões norte, noroeste e nordeste da China. Esses locais estão ameaçados pela desertificação e pela seca há muitos anos. Entre as décadas de 1960 e 1970, 29,67 milhões de hectares, incluindo terras aráveis e campos, deterioraram-se significativamente, inclusive com parte delas se transformando no que é conhecido como Deserto de Gobi. (6) Em 1978, o governo chinês lançou a Grande Muralha Verde como o maior projeto de plantação de árvores do mundo, visando conter a expansão do deserto. Seu objetivo era muito ambicioso: ampliar a área total de cobertura de árvores no norte da China para quase 38 milhões de hectares, o que significa aumentar o índice de cobertura de 5% para 14,95% até o final de 2050. (7)

A duração prevista desse projeto é de 73 anos, de 1978 a 2050, divididos em oito etapas. Durante a segunda etapa (após 1985), com o objetivo de motivar mais pessoas a participarem, começou a ser promovida a ideia de “florestas ecoeconômicas”, (8) que resultou na introdução de plantas economicamente valiosas, como árvores frutíferas e ervas, bem como técnicas de cultivo mais avançadas.

Enquanto isso, o governo deu início a uma reforma para desenvolver a economia do setor privado, que supostamente beneficiaria as pessoas que plantassem árvores nas terras obtidas por contrato dos governos locais ou de coletivos de povoados. (9) Essas reformas destacam a crescente importância da economia de mercado nos projetos de plantação de

árvores na China. Isso também se refletiu na redução do trabalho não remunerado realizado pelo público em geral, o que contribuiu nas diferentes fases do projeto.

Na China rural, um sistema chamado “dois trabalhos” (*liang gong*) funcionou por muito tempo, exigindo que os moradores das zonas rurais fisicamente aptos realizassem certa quantidade obrigatória de trabalho todos os anos, em projetos como plantio de árvores, prevenção de enchentes, construção de estradas, reforma de instalações escolares e construção de estruturas de irrigação. (10) Antes de ser completamente abolido, em 2006, esse sistema desempenhou um grande papel na Grande Muralha Verde. Entre 1978 e 2000 (Etapas 1 a 4), o investimento total no projeto foi de 71.582,72 milhões de renmimbi (mais de 10 bilhões de dólares). O valor descontado do trabalho não remunerado feito por pessoas comuns equivaleu a 65,57%, enquanto os investimentos do governo central, governos locais e outros setores públicos representaram apenas 13,84%, 14,83% e 5,75%, respectivamente. (11) No entanto, com o aprofundamento das reformas econômicas no país, o projeto teve que oferecer remuneração para ser atrativo no mercado de trabalho. Dessa forma, a proporção de trabalho não remunerado no investimento total diminuiu muito, de 96,14%, para 90,79%, 75,61% e 14,64%, nas quatro etapas, respectivamente. (12) Nesse sentido, o projeto da Grande Muralha Verde passou a ser impulsionado cada vez mais pelas forças do mercado e menos pelo poder político.

Ant Forest: (13) Um projeto de plantio de árvores com base no mercado

Em agosto de 2016, a Ant Financial – a maior empresa chinesa de tecnologia financeira – lançou um jogo para celulares chamado Ant Forest (Floresta de Formigas), que permite que os consumidores participem do plantio e da conservação de árvores enquanto consomem online. Ele mostra a pegada de carbono relativa aos registros de consumo do usuário (com base nos dados gerados pela Alipay, a maior plataforma de pagamento online da China e também um produto da Ant Financial). Os “comportamentos verdes” do usuário são recompensados com “pontos de energia verde”. À medida que seus pontos se acumulam em determinados níveis, os jogadores podem optar por plantar uma árvore no mundo real ou fazer melhorias virtuais em um pequeno pedaço de terra em uma das áreas de conservação cofinanciadas pela Ant Financial. Com base na quantidade de pontos de energia verde, os usuários podem escolher entre vários tipos de espécies de árvores, incluindo saxaul, árvore de damasco, espinheiro-mar, tuia-da-China, pinheiro chinês, pinho-de-riga, salgueiro rosa, scoparium e choupo do deserto.

O Ant Forest também possui funções interativas que permitem aos usuários plantar árvores em parceria, roubar pontos de amigos (receber pontos que seriam de outros) e regar árvores para outras pessoas (doar pontos). Esses recursos têm muita popularidade entre os usuários e contribuem para o envolvimento ativo deles com o programa, levando a uma adesão cada vez maior. De acordo com o Relatório de Sustentabilidade da Alipay de 2019-2020, os participantes do Ant Forest somavam 550 milhões de pessoas em maio de 2020, e mais de 2 milhões de árvores haviam sido plantadas no mundo real. (14)

Para além de sua enorme influência social, o app Ant Forest também proporciona uma vantagem competitiva substancial para a Ant Financial e as empresas relacionadas, principalmente de duas maneiras. Em primeiro lugar, como uma iniciativa “verde” de plantio de milhões de árvores, o aplicativo criou uma imagem positiva para as empresas, como a Ant Financial e o grupo chinês Alibaba, a maior empresa de comércio varejista e online do mundo. Por sua vez, os usuários do Ant Forest geralmente veem a Alibaba como um grupo

empresarial importante, de porte imenso, com muito sentido de responsabilidade social e consciência ambiental.

Em segundo lugar, o aplicativo aumenta a dependência dos usuários em relação à Ant Financial ao criar as regras do jogo. Ele exige que os jogadores ajam de maneiras específicas para ganhar “pontos de energia verde”, como caminhar, alugar bicicletas compartilhadas ou fazer pagamentos pelo aplicativo Alipay. Essas ações são definidas como “comportamentos verdes” no Ant Forest. Quase todas as possibilidades de ganhar “pontos de energia verde” no jogo, com exceção de caminhadas, estão exclusivamente relacionadas à adoção de serviços ou produtos da Ant Financial ou da Alibaba. Por exemplo, apenas comprando ingressos de cinema por meio da plataforma online Taopiaopiao, de propriedade da Alibaba, e não em qualquer outra plataforma semelhante, é que se podem gerar pontos. Como resultado, os usuários estão cada vez mais recorrendo aos serviços da Ant Financial, principalmente no Alipay.

O Ant Forest é um programa baseado na ideia de consumismo “verde” e tem como objetivo cultivar um estilo de vida “verde” para lidar com os problemas ambientais. No entanto, a lógica capitalista de expansão, acumulação e competição tem se refletido plenamente nas regras do aplicativo, resultando em uma clara contradição entre seus objetivos ambientais e sua real influência sobre os usuários. Ele também fornece informações simplificadas sobre questões ambientais complexas, criando a ideia de que o consumo pode ser compensado com o plantio de árvores ou atividades de conservação. Portanto, na verdade, impede que seus usuários compreendam plenamente as implicações ambientais de seus comportamentos de consumo. (15)

A trajetória dos projetos de florestamento na China: do programa Tornando a pátria verde ao Ant Forest

A China há muito se impressiona com as consequências ecológicas do desmatamento em grande escala, como rápida desertificação e inundações frequentes, que aparentemente justificam a importância dos projetos de plantio de árvores. Contudo, há diferentes vozes questionando a eficácia desses projetos, argumentando que eles resultam em novos problemas ecológicos. (16) Por exemplo, de acordo com o professor Cao, da Universidade Minzu da China, (17) mais de 80% das plantações de árvores na região dos Três Nortes envolvem plantações de monoculturas, o que resulta na vulnerabilidade das árvores a doenças e pragas de insetos, além de uma série de outros impactos. Apesar das críticas, a plantação de árvores ainda é um dos principais focos da política ambiental chinesa.

Este artigo apresentou três conhecidos projetos chineses de plantação de árvores, em diferentes períodos. Na década de 1950, o Tornando a pátria verde foi lançado para combater as inundações frequentes e produzir mais madeira. No final dos anos 1970, a Campanha Grande Muralha Verde, estabelecida ao mesmo tempo que as reformas econômicas nacionais, começou a definir as bases para uma economia de livre mercado em projetos de plantação de árvores na China. E, mais recentemente, o aplicativo Ant Forest obteve profunda ressonância junto ao público com seus objetivos de consumismo “verde”, o que lhe possibilitou adquirir um grande número de usuários ao mesmo tempo em que trabalhava com o Estado em projetos de plantação de árvores.

Em 2020, segundo o plano do Departamento Nacional de Silvicultura, o Ant Forest vai apoiar financeiramente o plantio de 720 milhões de árvores. (18) Da Campanha Tornando a pátria

verde ao aplicativo Ant Forest, os projetos de plantação de árvores em massa implementados desde 1949 traçam uma trajetória que evidencia o papel cada vez mais importante do capital e das forças de mercado na China rural.

Zeng Zhen, syndi.zeng@outlook.com
Universidade de Helsinque, Finlândia

- (1) O projeto “Bela China” foi apresentado pela primeira vez como conceito de governo pelo ex-presidente Hu Jintao, no 18º Congresso Nacional, em 2012. O conceito enfatiza que alcançar um bem-estar ecológico é uma das tarefas mais importantes do governo chinês, junto ao desenvolvimento da economia, da política, da cultura e da sociedade. O presidente Xi Jinping reafirmou essa tarefa no 19º Congresso Nacional, em 2017 e, desde então, vem enriquecendo continuamente essa ideia.
- (2) Long, J. J., 2007, 中国现代环境保护运动的先声--20 世纪 50 年代 “绿化祖国植树造林”运动历史考察 “The Herald of Modern Environmental Protection Movement in China: a study on ‘Greening the Motherland’ Campaign in 1950s”
- (3) Idem
- (4) Idem; Sun T., 2018, 中国近现代政治社会变革与生态环境演化, “*The Changes in Sociopolitical Conditions and the Environment in Modern and Contemporary China*”, Intellectual Property Publishing House, Beijing
- (5) Idem; Xu, B., 2014, 近 400 年来中国西部社会变迁与生态环境, “The Social Change and Ecology in Western China in the Past Four Centuries”, China Social Science Press, Beijing
- (6) Zhang, B. X., 2013, 三北造林记, “*The Records of Three-North Shelterbelt Forestation Project*”, Xinhua Publishing House, Beijing
- (7) Idem.
- (8) Ren, Y., & Gao, Z. Y., 1996, 关于生态经济型防护林体系基本理论框架的探索, “Exploring on the Basic Theoretical Framework of the system of Eco-Economic Protection Forest”, *Journal of Beijing Forestry University*, Vol. 18, Supp. 2, p. 1-7
- (9) Zhang 2013
- (10) Song, B. C., 2000, 规范管理农村‘两工’, “Standard Management of Rural “Two-Work” System, *Agriculture Knowledge*, 2000-10, pp. 49
- (11) Zhang, 2013
- (12) Zhang, 2013
- (13) Segundo a Ant Financial, o Ant Forest é concebido como um arquétipo de um sistema pessoal de contabilidade de carbono.
- (14) Alipay, 2020, *ALIPAY SUSTAINABILITY REPORT 2019-2020: Towards A Better Society For the Future*, Ant Group, [online] <https://gw.alipayobjects.com/os/bmw-prod/e39c99c2-0193-40fc-8265-cf4f72a8367e.pdf> , (acessado em 24 de junho de 2020)
- (15) Zeng, 2018, *Saving the World by Being Green with Fintech: the contradictions between environmentalism and reality in the case of Ant Forest*, Lund University, Lund, disponível em <<https://lup.lub.lu.se/student-papers/search/publication/8960186>> , (acessado em 6 de junho de 2019)
- (16) Zastrow, M. 2019, “China’s tree-planting drive could falter in a warming world”, *Nature* (London), vol. 573, no. 7775, p. 474-475; Cao, S. X., 2008, Why Large-Scale Afforestation Efforts in China Have Failed To Solve the Desertification Problem, *Environment Science & Technology*, 42:6, 1826-1831
- (17) Cao, 2008
- (18) forestry.gov.cn, 2020, 中国绿化基金会扎实开展“蚂蚁森里”项目春季造林工作 “China Green Foundation Firmly Promotes the Spring Afforestation Project of Ant Forest. National Department of Forestry, disponível em <<http://www.forestry.gov.cn/main/1100/20200428/101111370757153.html>>, (acessado em 8 de agosto de 2020)

África do Sul: morte por monoculturas de eucalipto



Fábrica Ngodwana da Sappi na Província de Mpumalanga, África do Sul. Foto: PapNews

La multinacional South African Pulp and Paper Industries (Sappi) iniciou suas operações em 1936, na África do Sul, e hoje possui filiais em todo o mundo. A Sappi Southern Africa possui cinco fábricas e tem acesso a 529 mil hectares de plantações.

Em 2014, foi implementada uma nova unidade de produção de celulose para expandir a fábrica Ngodwana, da Sappi, às margens do rio Elands, a uns 50 km a oeste de Mbombela, capital da província sul-africana de Mpumalanga.

A fábrica foi fundada em 1965 e passou por várias reformas, nas últimas décadas, principalmente para aumentar a capacidade de produção de celulose e papel jornal.

Devido à queda global na demanda por papéis para impressão e escrita, a empresa decidiu diversificar sua capacidade de produção de celulose desenvolvendo o “Projeto GoCell” na fábrica Ngodwana, com o objetivo de produzir o que se denomina “Celulose Especializada”. Como a Sappi explica em um comunicado à imprensa, “a celulose especializada é uma fibra natural renovável muito procurada, com um amplo leque de usos nas indústrias têxtil, de bens de consumo, alimentícia e farmacêutica”. (1) O projeto foi apresentado ao público pela primeira vez em 2012.

Tradicionalmente na África do Sul, a produção de papel e celulose requer principalmente fibra de pinus, portanto, a maioria das chamadas “florestas” da Sappi na região consiste em plantações dessa árvore. Ainda assim, a produção de celulose pode ser produzida também da fibra de eucalipto, e é por isso que a Sappi planeja converter várias de suas plantações de pinus em plantações de eucalipto.

Além disso, a empresa tem uma participação de 30% em uma unidade de energia de biomassa de 25 MW na fábrica Ngodwana, que está dentro do Programa de Produtores Independentes de Energia Renovável do governo da África do Sul (REIPPP, na sigla em inglês). Nesse programa, o Ministério de Energia da África do Sul contratará 27 novos projetos, abrindo caminho para investimentos significativos na indústria de energia renovável. A expectativa é de que essa unidade de energia de biomassa contribua para a rede nacional já em 2020. O projeto usará biomassa de plantações vizinhas. (2)

Mais plantações, menos água

A África do Sul é uma região onde há escassez de água. A maioria das plantações foi estabelecida em áreas de maior precipitação, principalmente na região da “escarpa” ou “cinturão de névoa”, uma área de transição entre chapadas de pastagens naturais e outras áreas de pastagens naturais mais baixas – e onde a precipitação média costuma ficar acima de 700 mm por ano.

Porém, nos últimos anos, a média de chuvas na área caiu significativamente. Algumas partes da região da escarpa receberam menos de 550 mm. Os modelos de mudança climática ainda preveem uma redução de 60% no fluxo do rio nessa parte oeste da África Meridional em um futuro próximo. Qualquer desenvolvimento tem que levar em conta a alta probabilidade de haver muito menos água disponível, e fazer o planejamento da região de forma adequada.

O elevado consumo de água pelas plantações voltadas à produção de madeira é polêmico há muitos anos na África do Sul. Em 1915, os pequenos agricultores já se queixavam do impacto das plantações de pinus e, principalmente de eucalipto, sobre fontes de água e áreas de captação. Como são estabelecidas nas áreas de captação superiores, essas plantações têm acesso privilegiado à chuva e, em alguns casos, deixam muito pouca ou nenhuma água mais a jusante no sistema fluvial. O baixo fluxo de água nos rios costuma prejudicar as comunidades mais vulneráveis, que dependem da pequena agricultura e dos recursos naturais disponíveis.

As plantações para madeira usam principalmente árvores exóticas, como pinus e eucalipto. Essas árvores são perenes e consomem água sempre que ela estiver disponível. A maioria das árvores nativas é decídua e perde as folhas durante os meses secos de inverno, deixando mais água disponível para outras partes do ecossistema. Por esse motivo, os eucaliptos são chamados de árvores “egoístas”, pois usam água constantemente, mesmo quando a quantidade disponível para sustentar o ambiente integrado é pouca.

Em 1935, a Conferência Florestal do Império Britânico aconteceu na África do Sul. Devido às muitas reclamações que os pequenos agricultores fizeram sobre o uso crescente de água pela indústria de plantações, iniciou-se uma série de experimentos de “captação em pares” para verificar o consumo de água das plantações para produção de madeira. Esses experimentos foram realizados em muitas partes do país e provaram que essas plantações usam muita água. Também demonstraram que o eucalipto usa de 30% a 50% mais água do que o pinus. Os dados obtidos foram usados para elaborar os regulamentos que regem o estabelecimento de plantações para produção de madeira na África do Sul, bem como as diretrizes de licenciamento.

Esse tipo de plantação é o único cultivo de sequeiro na África do Sul classificado como “atividade de redução do fluxo de água”. Portanto, para estabelecer plantações de madeira, é preciso ter uma “licença de uso de água”, que será concedida ou negada dependendo da disponibilidade de água em cada bacia específica. A província de Mpumalanga foi declarada como em situação de “esgotada” em termos de alocações de uso de água para essas plantações e, nos últimos anos, nenhum novo pedido de licenciamento foi examinado nem aprovado.

Os plantadores de árvores para madeira podem passar de um gênero para outro, como do pinus ao eucalipto, mas apenas se solicitarem e obtiverem a revisão das condições de licenciamento. Devido ao maior uso de água, as plantações de eucalipto só podem ser plantadas em áreas menores, para permitir alguma retenção de água nas demais áreas.

Plantações industriais: de pinus a eucalipto

Ao longo de 2020, os moradores levantaram preocupações sobre a conversão das plantações de pinus em plantações de eucalipto. Aparentemente, várias áreas de pinus pertencentes à Sappi já foram convertidas em eucalipto sem autorização. Algumas outras empresas locais de plantações, como a estatal SAFCOL, também têm planos de converter suas monoculturas.

Os moradores locais estão preocupados principalmente com o aumento do uso de água pelo eucalipto, uma vez que essa árvore também tem períodos mais rápidos de restabelecimento e rotação. Esse modelo extrativo de produção de biomassa com alto impacto sobrecarregará ainda maior um ambiente já estressado.

Sabe-se que várias plantações de madeira já foram convertidas na área ao redor da fábrica Ngodwana. As empresas de madeira, incluindo a Sappi, não solicitaram a revisão de suas licenças de uso de água nem reduziram as áreas plantadas para compensar o aumento do uso. Em resposta às preocupações levantadas por vários residentes, um representante da “Forestry South Africa” – a associação da indústria que representa a Sappi e outras empresas de plantação – fez uma apresentação à Agência de gestão da Captação de Água Inkomati Usuthu (IUCMA), alegando não ser necessária nenhuma revisão da licença de uso. O motivo apresentado foi que a diferença entre os usos de água pelo eucalipto e pelo pinus seria “estatisticamente insignificante”. Essa afirmação é enganosa, pois o estudo citado se concentrava principalmente na evapotranspiração. Questões fundamentais não foram discutidas, como o impacto nas águas subterrâneas, e os valiosos dados obtidos em mais de 75 anos de experimentos de captação em pares foram descartados.

Em contraste, as autoridades governamentais insistem na solicitação de revisão da licença de uso da água, e se houver uma conversão de pinus em eucaliptos (um usuário mais pesado de água), a área plantada deve ser menor, como compensação.

As autoridades ainda estão avaliando a situação. Foi feita uma reclamação formal ao FSC, que mantém o selo de certificação dado à Sappi, apesar das irregularidades. De acordo com o Princípio 1 do FSC, as plantações para produção de madeira devem cumprir a lei. Como parece que a conversão em plantações de eucalipto aconteceu sem autorização, a certificação FSC da Sappi deveria ser cancelada.

Os rios estão sob forte estresse. Chove menos. Grande parte da paisagem da região mudou para plantações industriais de monoculturas, que estão constantemente usando todos os recursos hídricos disponíveis. A capacidade de retenção de água e solo das pastagens naturais biodiversas diminuiu, e há um grande aumento na sedimentação de muitos rios locais, com um impacto também grande sobre a fauna e a flora aquáticas. Isso, é desnecessário dizer, tem consequências graves e prejudiciais para aqueles que enfrentam a expansão dessas plantações há décadas.

Converter monoculturas em grandes plantações de eucalipto sem a devida autorização é irresponsável (para dizer o mínimo) e pode levar a um empobrecimento ainda maior do potencial da região. A água é o recurso mais precioso, sem o qual nenhuma subsistência é possível. A indústria da madeira deve perceber que os lucros e o crescimento têm seus limites, e eles foram ultrapassados neste ambiente frágil no sul da África.

Philip Owen
GeaSphere África

Para mais informações, veja o artigo da// NewFrame:
<https://www.newframe.com/big-timber-accused-of-unauthorised-tree-switch/>
www.facebook.com/geasphere

Colômbia: A empresa de plantações de dendê Poligrow planeja se apropriar de mais terras no sistema de “pequenos produtores”



Protesto dos indígenas Jiw e Sikuni contra as restrições impostas por Poligrow.
Foto: Justiça e paz.

A monocultura do dendê, junto com a indústria do petróleo e outras atividades extrativistas, continua seu avanço sobre os territórios de indígenas e pequenos agricultores do Altiplano, na sub-região da Orinoquia colombiana, historicamente marcada pela violência e pela expulsão da população. Essas explorações em grande escala deixam um rastro de impactos nas comunidades: apropriação de terras, poluição, escassez de água, bem como restrições ao movimento e ao uso tradicional de florestas e savanas.

Apesar de essas injustiças terem sido denunciadas repetidamente pelas comunidades, o governo colombiano continua promovendo a indústria do dendê em conluio com empresas, a FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) e agências internacionais de cooperação.

Um exemplo disso é o anúncio, em agosto de 2020, de um projeto de promoção de supostas alianças estratégicas entre a multinacional ítalo-espanhola Poligrow e camponeses ou “pequenos produtores” do município de Mapiripán, no departamento de Meta. (1) A empresa começou a operar na Colômbia em 2008 e acumula graves denúncias de apropriação de terras, (2) envolvimento com grupos paramilitares e expropriação forçada, e poluição. (3)

Agricultores de Mapiripán com os quais o WRM conversou disseram ter se recusado a trabalhar com a Poligrow. Eles preferem reservar sua identidade por medo de represálias.

Por sua vez, as comunidades indígenas Jiw e Sikuani, que se encontram em grave situação de vulnerabilidade por já terem sido expulsas do vizinho departamento de Guaviare pelo conflito armado, sofrem com a escassez e a poluição da água causadas pelo cultivo do dendê e o beneficiamento do óleo. Além disso, a empresa lhes impõe proibições à circulação e ao uso do território. (4)

O cultivo industrial do dendê em Mapiripán começou com a chegada da Poligrow, há mais de uma década. Até agora, a empresa ocupou cerca de 7 mil hectares de monocultura e planeja aumentá-los para 15 mil. Em 2014, construiu uma unidade de extração de óleo com capacidade para processar 15 toneladas de cachos de dendê *in natura* por hora, e planeja expandi-la com o aumento das áreas cultivadas.

Denunciada por organizações da sociedade civil e até do Estado por se apropriar de mais terras do que a lei permite, (5) há pelo menos sete anos a Poligrow vem tentando aumentar suas áreas de plantio por meio de contratos com camponeses e “pequenos produtores” para cultivar dendezeiros nas terras deles. (6)

Nesse contexto, em 14 de agosto de 2020, foi apresentado “Mapiripán, um território de paz com desenvolvimento sustentável”, um projeto do governo colombiano e da FAO, financiado pela Agência Italiana de Cooperação para o Desenvolvimento, que contribuirá com 2,4 milhões euros (aproximadamente 2,8 milhões de dólares). Os objetivos do projeto incluem “melhorar a qualidade de vida e a segurança alimentar dos moradores de Mapiripán”. (7)

Porém, é difícil imaginar como isso poderia significar uma melhoria para a população, uma vez que a única produção que aparece repetidamente no vídeo de apresentação é a monocultura de dendê da Poligrow. (8) Tanto em Mapiripán quanto em outros municípios da região, há muitas evidências dos impactos negativos das plantações industriais de dendê na vida das comunidades locais.

Embora os detalhes da iniciativa não sejam conhecidos, o representante da Poligrow, Carlo Vigna, anunciou: “Durante toda a vida útil do projeto, ou seja, 30 anos, garantiremos a compra do produto e a assistência técnica a todos os pequenos produtores envolvidos no projeto de dendê”. (9)

Esses tipos de contratos com “pequenos produtores” não são novos na indústria do dendê, e os resultados para os produtores, tanto nos países da América Latina (10) quanto na África e na Ásia, têm sido bastante desfavoráveis e, em alguns casos, até mesmo destrutivos.

Entre muitos outros fatores, isso se deve à perda da soberania alimentar pelos agricultores quando sua capacidade de produzir cultivos para consumo próprio é afetada, ao seu endividamento com as empresas para fornecimento de insumos e à perda do poder de decidir a quem vender sua produção. Em última análise, eles perdem a autonomia e podem até perder as terras, porque muitas vezes são as famílias de agricultores que assumem os riscos em caso de problemas de produção, incêndio ou peste, ou se não conseguirem pagar as dívidas contraídas com a empresa.

Além disso, essa tática de expansão das empresas de cultivo de dendê afeta principalmente as mulheres, que precisam aumentar sua jornada de trabalho ao perder os cultivos de subsistência, enfrentar a contaminação do solo e da água e, portanto, fazer mais trabalho de cuidado na família e na comunidade.

O dendê no Altiplano colombiano

A Colômbia é o quarto maior produtor de óleo de dendê de mundo e o primeiro da América Latina. Há mais de 50 anos, sucessivos governos vêm promovendo ativamente a monocultura por meio de políticas de violência e expropriação. O óleo é destinado tanto ao mercado interno quanto à exportação, à indústria de alimentos e cosméticos e, mais recentemente, à produção de biocombustíveis.

O cultivo e o beneficiamento são realizados em diferentes regiões do país. No centro e no norte, ele acontece em pelo menos seis departamentos. No sudoeste, em parte de Cauca e Nariño. E a leste, na região da Orinoquia, nos departamentos de Arauca, Casanare, Cundinamarca e na sub-região do Altiplano, que inclui os departamentos de Meta e Vichada.

Desde 2002, o governo colombiano promoveu a transformação do Altiplano em um “grande celeiro agrícola”, ou seja, uma região produtora de matérias-primas ou *commodities* para exportação.

Segundo um relatório realizado por uma dezena de organizações sociais, jurídicas e de direitos humanos que denunciam os graves impactos do “plano de desenvolvimento” para a Orinoquia, “empresários nacionais e estrangeiros se vincularam a essa ideia de desenvolvimento e buscaram assemelhá-la ao Cerrado brasileiro, onde prevalecem as grandes plantações altamente mecanizadas, integradas verticalmente, e com um funcionamento de enclave agrícola”. (11) “A estratégia ignora os habitantes dessa região, visto que a ênfase nos projetos extrativistas e na produção de matérias-primas está voltada a atender à demanda internacional, e não exatamente a melhorar as necessidades dos habitantes dessa região”, destaca o relatório. De acordo com o mesmo relatório, quase 45% da população não têm suas necessidades básicas atendidas e, em Vichada, esse número chega a quase 67%.

Esse novo avanço sobre o território e sua população se soma à história de extrema violência que a região vem sofrendo. Em 1997, Mapiripán foi palco de um dos piores massacres da Colômbia, com 49 pessoas assassinadas por paramilitares. O desprezo pela memória e a falta de uma verdadeira intenção de reparar essas comunidades por parte do poder político e econômico ficaram claros na apresentação do projeto feita pelo governo, a FAO e a Poligrow. “Todos os colombianos têm uma sensibilidade especial com relação a Mapiripán, lembrando o sofrimento que essa comunidade sentiu no passado. Queremos deixar isso para trás, queremos uma nova geração, queremos que as crianças que estão nascendo agora pensem que isso é uma história de terror que nunca aconteceu”, disse Emilio Archila, assessor presidencial para Estabilização e Consolidação.

Expropriação de terras

A violências, os massacres e os deslocamentos forçados ocorridos nas últimas décadas durante o conflito armado na Colômbia têm sido úteis para o avanço dos projetos extrativistas, entre eles, as plantações industriais de dendê.

Durante o conflito, milhares de líderes políticos foram assassinados e desapareceram, e incontáveis massacres foram levados a cabo. Organizações colombianas alertam para o fato de que esses massacres foram cometidos pelos paramilitares em cumplicidade com as Forças Armadas, gerando expulsão, desapropriação e esvaziamento territorial, já que um dos objetivos da estratégia paramilitar era garantir o controle dos territórios para dar lugar aos projetos empresariais. (12)

Nesses processos, a responsabilidade de empresas como a Poligrow é inegável. Um relatório elaborado pelo Coletivo de Advogados “José Alvear Restrepo” e apresentado à Comissão da Verdade da Colômbia em maio de 2020, diz: “O padrão de comportamento ilegal por parte de empresas que se apropriam de terras abandonadas por seus donos após ameaças, assassinatos, massacres e recorrentes violações dos direitos humanos, como as situações dos envolvidos nos conflitos armado em diversas regiões da Colômbia, é corroborado quando a justiça mostra que empresas como Cimentos Argos S.A., Sociedad Agropecuaria Carmen de Bolívar, San Simón S.A., Poligrow e um grupo de mineradoras, entre outras, se beneficiaram do deslocamento e da expropriação de comunidades camponesas (...) para se apropriar diretamente ou se recusar a investigar os contextos das regiões onde atuam”. (13)

No caso específico do dendê, um estudo recente (14) publicado na revista *Journal of Rural Studies* explica que: “Durante a guerra civil na Colômbia, ocorreu expropriação em grande escala, quando milhões de camponeses foram deslocados de suas terras ou forçados a vendê-las abaixo de seu valor real. Os participantes das reformas agrárias anteriores supostamente estavam protegidos da concentração de terras, de modo que as empresas de plantação de dendezeiros que buscavam se expandir não poderiam obter o controle direto da terra, mas sim de sua produção, por meio de ‘alianças’ ou relações de ‘fornecedor aliado’ com grupos de pequenos proprietários cujas colheitas eram processadas nas moageiras das empresas. No entanto, permanecem dúvidas quanto à legitimidade dos atuais membros da aliança como participantes da reforma agrária e quanto ao nível de proteção que os pequenos produtores legítimos realmente receberam. Nas partes mais remotas do Altiplano, cuja maioria estava livre dessas alianças, a coerção foi suficiente para que os poderosos se apropriassem da terra e, às vezes, plantassem dendê, como no caso da Plantation Poligrow”.

Ao mesmo tempo, deve-se destacar que, em muitos casos, a apropriação de terras não teria sido possível sem a participação e a colaboração de funcionários públicos que se prestam a realizar vários tipos de operações para “legalizar” a desapropriação.

Nesse contexto, é extremamente preocupante a situação de vulnerabilidade e perigo que as milhares de pessoas expulsas enfrentam ao tentar regressar aos seus territórios. A título de exemplo, organizações locais apontam que, desde 2011, foram protocoladas pelo menos cinco mil solicitações de vítimas do conflito visando a recuperação de suas terras, só no departamento de Meta. E que em Mapiripán, um de seus municípios, a maioria não conseguiu retornar. “O Poder Público informa que não há condições de segurança para o retorno, mas sim para a restituição”, alertam. “O resultado dessa equação é uma estratégia de formalização e segurança jurídica da propriedade fundiária em favor dos investidores privados”. (15)

Segundo a organização colombiana Justiça e Paz, “ainda há estruturas paramilitares no município [de Mapiripán], e por causa delas, o silêncio, o medo e a injustiça estão latentes em seus habitantes. O controle paramilitar e o abandono por parte do Estado permitiram que a Poligrow desenvolvesse o projeto de dendê na região, apropriando-se de terras não cultivadas e, em alguns casos, de territórios obtidos sob ameaça”.

Comunidades afetadas

O Altiplano colombiano é uma região de planícies (também conhecidas como Planícies Orientais), com savanas, matas de galeria e buritizais. Estas últimas são zonas húmidas formadas por grupos de buritis, onde se originam pequenos cursos d’água que deságuam nos rios e são as principais fontes de água para as comunidades.

A monocultura industrial do dendê é o segundo cultivo que mais consome água no país, além de ser pulverizado com agrotóxicos, que, junto com outros resíduos da atividade, são despejados no solo e nos cursos d’água, contaminando-os. (16)

Os indígenas Jiw enfrentam problemas de saúde devido ao consumo de água contaminada do córrego Yamu, cuja nascente se encontra em uma das propriedades da empresa. Isto foi afirmado pela Comissão Intereclesial de Justiça e Paz, que acompanha as reivindicações desses povos. (17) Além disso, eles denunciam a Poligrow por restringir sua circulação em seu próprio território e proibir a caça, a pesca, a coleta e o uso da madeira.

Essas situações não são novas. Em junho de 2016, a autoridade ambiental colombiana, Comarcarena (Empresa para o Desenvolvimento sustentável da Área de Gestão Especial da Macarena), ordenou que a Poligrow suspendesse suas operações em função de violações ambientais e deu início a um processo de sanção. Especificamente, ordenou-lhe que interrompesse o descarte de águas residuais industriais nas florestas e nos buritizais locais, o bloqueio do fluxo natural de água por um dique de cimento construído sem autorização, o descarte de ráquis (resíduos) das plantações de dendê diretamente no solo, o uso de água do córrego Macondo para fins industriais e o descarte de resíduos da área de compostagem da empresa. (18)

A estas alturas, é inaceitável que tanto o governo colombiano quanto a FAO promovam a expansão da monocultura de dendê, principalmente a Poligrow, considerando o histórico de contaminação e violação de direitos que a empresa acumula. Ainda mais preocupante é quando essa promoção é realizada em nome da paz e do suposto progresso das comunidades, e sob esquemas que se apresentam como “alianças” com agricultores e “pequenos produtores”, os quais, como a experiência demonstra, acabam favorecendo apenas as empresas.

Não surpreende que a Poligrow exiba as certificações ISO 9001 e Rainforest Alliance em seu site e seja aceita como membro da Mesa Redonda do Dendê Sustentável (RSPO), da qual espera receber a certificação em 2020. (19)

A Poligrow é apresentada como a primeira empresa a ter o certificado de conformidade Rainforest Alliance da Rede de Agricultura Sustentável (RA/RAS) na Colômbia. Isso apesar de as comunidades que ainda se encontram no território terem denunciado a intensificação das ameaças nos últimos anos, bem como a deterioração e a contaminação do seu território, particularmente as nascentes.

Mais uma vez, fica claro como a RSPO e outras certificadoras, bem como governos nacionais e instituições como a FAO, ignoram sistematicamente as reivindicações e as reais necessidades das comunidades locais, inclusive em contextos de violência, criminalização e vulnerabilidade extremas. E fazem isso em favor da expansão da indústria do dendê, que monopoliza a terra, viola direitos e vidas, e afeta gravemente a soberania alimentar dos povos.

Secretariado Internacional do WRM

- (1) [FAO Colombia: Agencia Italiana de Cooperación dona 8.846 millones para reactivar la economía y fortalecer tejido social en el municipio PDET de Mapiripán, Meta.](#)
- (2) [Veja: Nueve malas prácticas empresariales que profundizaron la guerra](#), El Espectador, maio de 2020, e [El rol de las empresas en el conflicto armado y la violencia sociopolítica](#), Colectivo de Abogados “José Alvear Restrepo”, 2020; [La maraña de tierras y empresas de Poligrow](#) e [El negocio ‘baldío’ de Poligrow](#), La Silla Vacía 2013 y 2015; [Despojar y Desplazar, estrategia para el desarrollo de la Orinoquía](#), Mesa Copartes Misereor – Llanos Orientales 2017, p. 41. E a [resposta da Poligrow](#), 2018.
- (3) [Continúa grave afectación ambiental por parte de la empresa palmera Poligrow](#). Justicia y Paz, fevereiro de 2018.
- (4) [Deterioro de salud en la comunidad Jiw de Mapiripán por desabastecimiento de agua potable](#), Justicia y Paz, 2020. [Indígenas Sikuaní se oponen a ocupamiento de predios por empresa Poligrow](#), Contagio Radio, 2018
- (5) Idem 2.
- (6) [Proyecto agronómico de Poligrow](#). Extraído de www.poligrow.com, 14 de agosto de 2020
- (7) Agencia Italiana de Cooperación para el Desarrollo. [“Estrategia de desarrollo territorial sostenible para la reactivación económica y la integración social en el municipio de Mapiripán”](#)
- (8) [Video de la presentación realizada el 14 de agosto de 2020 a través de la página de Facebook de Renovación Territorial Colombia.](#)
- (9) Idem 8.
- (10) Glass, Verena. [“Expansão do dendê na Amazônia brasileira: elementos para uma análise dos impactos sobre a agricultura familiar no nordeste do Pará”](#). Repórter Brasil, 2013.
- (11) [Despojar y Desplazar, estrategia para el desarrollo de la Orinoquía](#), Mesa Copartes Misereor – Llanos Orientales, 2017.
- (12) Idem 11.
- (13) [El rol de las empresas en el conflicto armado y la violencia sociopolítica](#), Colectivo de Abogados “José Alvear Restrepo”, 2020
- (14) Potter, Lesley. [Colombia’s oil palm development in times of war and ‘peace’: Myths, enablers and the disparate realities of land control](#). Journal of Rural Studies. Volume 78, agosto de 2020, p. 491-502.
- (15) Idem 11.
- (16) [Colombia: escasez de agua por palma y petróleo en Puerto Gaitán](#), Mongabay, outubro de 2019.
- (17) [Deterioro de salud en la comunidad Jiw de Mapiripán por desabastecimiento de agua potable](#), Justicia y Paz, 2020
- (18) Environmental Investigation Agency. [Poligrow Colombia Ltda., Ordered to Suspend Operations due to Presumed Environmental Infractions](#). 2016.
- (19) [Poligrow en el sitio web de RSPO](#) ; <https://www.rspo.org/members/308/Poligrow-Colombia-Ltda>

Outro olhar sobre “fazer conservação”: o Kawsak Sacha do povo quéchuwa de Sarayaku, no Equador



Foto: Comunidad Sarayaku

Kawsak Sacha: Selva vivente e selva dos seres.

Os povos e nacionalidades amazônicas praticam um sistema de vida estruturado na convivência com a natureza, em uma verdadeira encarnação em nossos corpos e espíritos, que proporciona os comportamentos vitais a cada um de nós e aos seres vivos que nos cercam.

Para os indígenas que vivem na Amazônia, a floresta é vida. Cada espaço tem seus senhores e seus donos. Em cada um deles, existem Llakta (aldeias) com populações chamadas de Runas, que também são as casas e os refúgios dos animais sagrados.

Tudo o que compõe o Kawsak Sacha está entrelaçado. (1)

A maior parte dos governos, ONGs e empresas está promovendo o aumento de Áreas Protegidas e em regime de conservação em todo o mundo. No entanto, esse modelo de “conservação sem pessoas” aprofundou a imposição de uma visão colonialista e racista da conservação em nível global. Ao se criarem mais Áreas Protegidas ou áreas em regime de conservação, não se questiona quem controla a terra, quem mora nessas áreas ou as atividades que se sustentam a partir dali.

Por outro lado, a criação de mais áreas em regime de conservação cumpre um papel no mercado de “compensações”, seja de emissões de carbono, perda de biodiversidade ou outros supostos “serviços” ambientais e ecossistêmicos. Em outras palavras, são estabelecidas mais áreas “protegidas” para compensar a poluição e a destruição crescentes em outros lugares. Esse enfoque aprofunda uma política que permite a empresas e governos continuar destruindo florestas, construindo grande obras de infraestrutura, extraíndo cada vez mais matérias-primas, etc. – desde que se estabeleça uma quantidade “equivalente” de natureza “protegida” ou “recriada”.

Portanto, o esforço para aumentar as Áreas Protegidas está direta ou indiretamente ligado a despejos forçados, assédio, violência, violações aos direitos humanos, desmatamento, militarização de territórios, etc.

E esse modelo de conservação predominante não considera os Povos Indígenas ou outras comunidades que dependem das florestas como agentes fundamentais na preservação e no

cuidado das florestas. Ao contrário, na grande maioria das Áreas Protegidas e áreas em regime de Conservação se proíbe não apenas que os Povos Indígenas usem suas florestas como fazem há gerações, mas até a própria presença humana.

A seguir, apresentamos uma entrevista com Marlon Santi, do povo quéchua de Sarayaku, cidade que historicamente tem resistido à entrada de empresas petrolíferas, mineradoras e madeireiras. Ele explica o que os povos amazônicos do Equador consideram *conservação*.

WRM: Como povo quéchua de Sarayaku, de que formas vocês preservam a floresta e seu território? Em outras palavras, o que significa “fazer conservação” para vocês?

Marlon:

Para nós, “conservação” é considerar a selva como um ser vivo, ou selva vivente. Só assim entendemos o que devemos fazer como “conservação”.

Esse é um conceito filosófico nosso, pois consideramos que os rios, as lagoas, as árvores, o ar, as montanhas, estão vivos. Esse preceito filosófico não é compreendido pelo outro mundo, o ocidental. Mas esse entendimento mudaria muito o sentido da vida e o sentido da mãe natureza, e de nós, seres humanos, que fazemos parte dela. Ao não se entender isso, muitos espaços de vida foram convertidos em Parques Nacionais, mas isso é camuflagem, já que o Estado equatoriano pode violar essa Área Protegida quando quiser explorar qualquer “recurso natural” que encontre nela. Então, vê-se que eles não entendem o sentido da vida, da selva vivente.

Já foi demonstrado, em diversas ocasiões, que as florestas mais bem preservadas do mundo – mesmo comparadas às que estão em Áreas Protegidas – estão em territórios indígenas.

WRM: Como são afetadas pelas áreas protegidas?

Marlon:

A criação de Áreas Protegidas impede a nossa relação com o outro ser vivente, que é a floresta. Essa proibição separou por décadas o direito aos rituais de convivência com a natureza. O controle do governo chega, mas não garante nossa sobrevivência.

Assim, a dinâmica social de nosso viver cotidiano é alterada. Os lugares sagrados permanecem dentro das Áreas Protegidas e não se volta lá.

Precisamos que os territórios dos povos indígenas sejam os novos espaços de “conservação”, e devemos protegê-los. Os Estados devem respeitar as nossas formas de pensar e preservar. No caso da minha aldeia quéchua de Sarayaku, queremos o reconhecimento da categorização de KAWSAK SACHA, que significa Floresta Viva.

WRM: O que você considera essencial para que as florestas sejam preservadas? E qual é o papel dos povos indígenas?

Marlon:

Nós temos uma relação próxima com a Mãe Terra; é aí que prevalece o respeito, e não a ganância; isso se chama “harmonia”.

Para viver bem e para que as florestas sejam preservadas, é essencial que não se use o nome do desenvolvimento nem venham destruir irremediavelmente. Como se pode devolver coisas à água ou à lagoa quando se derrama petróleo ou quando são liberados produtos químicos? Porque o nosso mundo muda com isso, e eu chamo de mundo esse espaço de vida.

Isso vem acontecendo há séculos, da Revolução Industrial até os dias atuais. Poluir para explorar coloca nossas vidas em sério perigo. Quando há poluição, não se está violando apenas um direito, e sim o círculo de todo um processo vital. Polui a água, o som, o céu, as árvores, o ar, etc.

Nós, os Povos Indígenas, impedimos que isso acontecesse. Mas agora, muitos territórios desses povos fazem fronteira com Áreas Protegidas ou zonas de “conservação”, e essas zonas geralmente proíbem a entrada e separam as comunidades de suas terras agrícolas e/ou seus meios de subsistência, de seus territórios ancestrais. Além disso, costuma-se gerar violência por meio dos “ecoguardas” que impedem a entrada e o trânsito de pessoas nessas áreas, tornando ainda mais difícil cuidar e evitar a destruição.

Mais informações sobre a Kawsay Sacha podem ser encontradas nos vídeos a seguir:

Kawsak Sacha para el mundo: <https://www.youtube.com/watch?v=MKHymZwjQ9k>

Kawsak Sacha, Selva Viviente: https://www.youtube.com/watch?v=LmJjQ6tYp_4

(1) Sarayaku, Kawsak Sacha – Selva viviente,
<http://sarayaku.org/propuestasprogramas-y-proyectos/propuesta-kawsak-sacha/?lang=es>

O desmatamento na Amazônia e o dinheiro do REDD+ que continua chegando no Brasil



Manifestação contra o capitalismo verde em Xapuri

O desmatamento na Amazônia brasileira vem aumentando, e de forma mais acentuada desde que Jair Bolsonaro assumiu a presidência, em 2019. No estado do Acre não foi diferente. As dezenas de milhões de euros que o governo estadual recebeu do governo alemão para seu programa de REDD+ não conseguiram conter o desmatamento. O que preocupa ainda mais é que, mesmo sem “resultados” positivos para o clima e com a atual alta na taxa de desmatamento, vários estados brasileiros continuam recebendo recursos do governo alemão. O governo federal do Brasil conseguiu receber recentemente recursos de REDD+ – quase US\$ 100 milhões do Fundo Verde para o Clima – mesmo com toda a destruição que o próprio governo incentiva. Pergunta-se: qual é o papel atual do REDD+?

O Acre, com seu programa de “REDD+ jurisdicional”, (1) sempre foi propagado pelo Banco Mundial, WRI, Forest Trends, WWF, TNC e outras instituições, que desde 2010 vêm promovendo o REDD+ como um modelo de sucesso porque teria conseguido reduzir o

desmatamento. Ao mesmo tempo, estaria preparado para vender créditos de carbono a quem quiser comprar, por exemplo, as indústrias poluidoras da Califórnia. (2) Mas, em relação ao desmatamento, também houve cada vez mais indícios a partir das denúncias feitas por lideranças de comunidades nos territórios, de que, na verdade, esse “sucesso” não passava de uma ilusão. Talvez o indício mais constrangedor tenha vindo em agosto de 2019, quando o aumento do desmatamento no Acre foi um dos maiores na Amazônia brasileira, em comparação com outros estados da região. (3)

Um dos principais argumentos sempre usados pelos promotores do REDD+ para explicar por que o mecanismo não estava dando os resultados esperados era a insuficiência de recursos, inclusive o baixo preço da tonelada de carbono. (4) Mas, entre 2012 e 2016, o governo da Alemanha repassou para o governo do Acre 25 milhões de euros (quase 30 milhões de dólares) através do **programa REM “Pioneiros do REDD+” (REDD Early Movers)**, administrado pelo **banco público alemão KfW**. Um novo contrato foi assinado em 2017, por mais 10 milhões de euros (quase 12 milhões de dólares) para os três anos seguintes, e o governo do Acre também recebeu outros recursos, por exemplo, do Fundo Amazônia. (5) Portanto, o fato de o desmatamento ter aumentado – e nesse sentido, os esforços de REDD+ não deram certo – não se deve à falta de dinheiro investido no mecanismo de REDD+ no Acre, ainda mais tratando-se de um dos menores estados da Amazônia brasileira, com apenas 790 mil habitantes.

Uma primeira contradição que chama a atenção são os cálculos do governo do Acre que serviram de base para os pagamentos do governo alemão. Para justificar os pagamentos entre 2012 e 2016, o desmatamento no período não poderia aumentar acima de um determinado nível. Para fixar esse nível, o governo do Acre se baseia numa taxa média de desmatamento do período 2001-2010. Isso inclui os anos de 2002 a 2004, quando houve um grande pico de desmatamento no estado, o que também aconteceu em todo o Brasil. (6) Pergunta-se: será que o governo do Acre teve a sorte de esses anos de 2002 a 2004 fazerem parte dos seus cálculos para chegar a uma média relativamente alta do desmatamento como referência?

Não, foi uma escolha cuidadosamente pensada pelos técnicos do governo. O vergonhoso é que doadores têm sido cúmplices desse jogo com os dados do desmatamento que resulta na situação constrangedora em que o governo pode receber recursos por emissões do desmatamento “evitadas”, mas só no papel. Em realidade, o desmatamento pode até aumentar e, mesmo assim, o governo do Acre pode receber recursos. O REDD+ se torna, com isso, um mecanismo contraditório: diz uma coisa enquanto faz outra. Igualmente vergonhoso é que todos os envolvidos, ao participar desse jogo, optem por ignorar a dinâmica muito mais complexa do processo de desmatamento e suas causas.

Numa reflexão como esta, é sempre bom lembrar que a queda mais expressiva do desmatamento no Brasil nos últimos 20 anos ocorreu entre 2004 e 2009, antes que começassem a surgir os projetos, programas ou políticas de REDD+ no Acre e no país. A redução do desmatamento nesses anos foi sobretudo fruto de um investimento efetivo nos órgãos responsáveis pelo controle do desmatamento e de ações integradas de combate ao desmatamento. Da mesma forma, o fato de o desmatamento começar a aumentar novamente a partir de 2014 também está diretamente relacionado a um desmonte gradual da capacidade do Estado de combatê-lo, em especial nesta Era do presidente Bolsonaro.

Se os recursos para o REDD+ no Acre não foram usados para combater de forma estrutural o desmatamento, para que foram usados, então? Fato é que até hoje não há uma transparência que permita dizer com precisão como foi gasto o dinheiro. O que se sabe é que uma parte foi investida na estrutura estatal do governo, por exemplo para montar as instituições e fazer consultorias e outras contratações em torno de políticas em relação às “mudanças climáticas” e monitoramento do desmatamento. Ao mesmo tempo, o governo alemão exigiu que a maior parte dos recursos (70%) fosse gasta com a população local. Nos seus relatórios do projeto, o KfW afirma que agricultores e indígenas teriam sido “beneficiados”. Mas, por exemplo, na reserva extrativista Chico Mendes, no Acre, (7) o programa não ajudou as pessoas a se sustentar dentro das florestas e a partir delas. Ao contrário, foram implementadas medidas restritivas aos seringueiros, enquanto projetos que deveriam dar uma sustentação alternativa falharam. Em relação aos povos indígenas do Acre, o dinheiro do KfW, apesar das promessas no papel, nunca foi aplicado na tão urgente regularização das terras indígenas ainda não demarcadas. Enquanto isso, as atividades em larga escala da pecuária, do agronegócio e da indústria madeireira, que ameaçam os territórios de povos indígenas e suas florestas, conseguiram avançar.

Mesmo com o desmatamento em alta, o governo atual do estado do Acre divulgou, em setembro de 2019, que **a parceria com o governo da Alemanha em torno do REDD+ continua.** (8) Isso apesar do claro compromisso do governo estadual com o avanço do agronegócio, (9) fortemente relacionado ao aumento dos incêndios florestais que atingiram em cheio o estado e parte da Amazônia em 2019. Não há notícias sobre repasses do governo da Alemanha através do KfW ao governo do Acre em 2020. A única notícia encontrada foi do próprio governo do Acre, anunciando, em abril, que estava liberando um valor de 2,2 milhões de reais (quase 400 mil dólares) no âmbito do projeto com o governo alemão através do KfW. (10)

Outro estado do Brasil, o Mato Grosso, que assinou contrato com o governo da Alemanha em 2017, recebeu normalmente os recursos do banco alemão KfW em 2019. (11) É outro exemplo de como uma taxa inflada de referência para o desmatamento pode resultar numa realidade em que os pagamentos continuam, mesmo com o desmatamento real em alta. E até mesmo com toda a situação atual de calamidade, emergência e agonia no bioma do Pantanal mato-grossense, devido a incêndios florestais que já causaram a destruição de uma área de 100 mil hectares neste ano de 2020. (12) E, no meio da crise do desmatamento no país, é bastante perturbador que o governo da Alemanha continue firmando novos acordos REDD+ para pagamentos com base em “resultados” no Brasil, no caso com os estados do Pará e do Amazonas. (13)

A visão do governo alemão sobre o REDD+, aplicada através do KfW no Acre, é parecida e reforçada pela visão do vice-diretor do **Fundo Verde para o Clima (Green Climate Fund – GCF)**, Juan Chang. Segundo ele: “Se olharmos para o REDD+ como uma transição em que se proporcionam meios de subsistência sustentáveis em vez de atividades insustentáveis, então chega um ponto em que não se depende mais dos pagamentos do REDD+ para a subsistência e para manter a floresta. Esse deve ser o objetivo final”. (14) Ou seja, Chang reforça a visão de que as populações que habitam as florestas e dependem delas são culpadas pelo desmatamento e, portanto, devem ser os alvos do REDD+, enquanto a ação destrutiva de madeireiros, grileiros, mineradores, o agronegócio, todos implicados no grande desmatamento, é ignorada. De fato, a parte principal do projeto que o Brasil apresentou ao GCF e conseguiu aprovar em 2019 é o programa “Floresta+”, com foco em pequenos agricultores, povos indígenas e comunidades tradicionais. Para isso, o Brasil de Jair

Bolsonaro recebeu 96 milhões de dólares do GCF, justificados – mais um exemplo de manipulação esperta e conveniente dos dados – pelo suposto “resultado” de uma redução no desmatamento no período de 2014 e 2015.

Qual é o papel atual do REDD+?

Na lógica dos programas do **KfW**, do **Banco Mundial** e do **GCF** de pagamento com base em “resultados”, o REDD+ virou ainda mais um mecanismo completamente desconectado da realidade alarmante de aumento do desmatamento na Amazônia e das suas verdadeiras causas. Mas continua sendo – como foi desde o início – uma ameaça para as populações que dependem da floresta, culpando-as pelo desmatamento e restringindo seu acesso a floresta e às terras das quais dependem.

O fato de que pagamentos por “resultados feitos pelo **governo da Alemanha** para governos estaduais no Brasil continuem é inacreditável. Talvez seja porque precisa gastar recursos que já têm em caixa e que já foram aprovados para esse fim. Em relação ao programa de REDD+ do **GCF**, a entidade está sendo duramente criticada em nível internacional por estar aprovando projetos em países com base em “resultados”, mesmo com o desmatamento em alta e com governos no poder incentivando o desmatamento. (15) Para os governos federal e estaduais que se beneficiam dos recursos da Alemanha e do GCF, ajuda a criar uma cortina de fumaça no meio da destruição real que está ocorrendo, a silenciar os críticos e a dar a impressão para fora que algo está sendo feito.

Na defensiva pelas denúncias de que estariam envolvidos com desmatamento, (16) executivos **de grandes empresas nacionais do agronegócio de carne e soja e outras empresas transnacionais** lançaram uma carta aberta reveladora, em julho 2020, para supostamente mostrar sua preocupação com a destruição florestal. (17) Sabe-se que o empresariado nacional e internacional é apoiador de primeira hora do presidente Jair Bolsonaro, de extrema-direita e neofascista, em função do seu compromisso com uma agenda econômica ultraliberal para facilitar e aumentar os negócios e lucros das empresas que investem no Brasil, prometendo abrir terras indígenas para o setor privado, além de acabar com a regulamentação ambiental.

Os empresários que assinam a carta, vários chefiando empresas com um vasto histórico de crimes ambientais e sociais, escrevem que estão preocupados com “o impacto, nos negócios, da atual percepção negativa da imagem do Brasil no exterior em relação às questões socioambientais na Amazônia”. Mas não pedem para acabar com o desmatamento, apenas com o “desmatamento ilegal”, até porque suas atividades e planos de expansão implicam muito mais desmatamento. É por isso que insistem no REDD+: um mecanismo de compensação no qual, através de um mercado de carbono, empresas poluidoras que emitem carbono podem compensar suas emissões protegendo uma floresta em outro lugar. Por isso, a carta dos executivos demanda a “valoração (..) da biodiversidade”, a “adoção de mecanismos de negociação de créditos de carbono”, para contribuir com uma suposta economia de “baixo carbono” – para “planejar estrategicamente o futuro sustentável do Brasil”, em que “não há controvérsias entre produzir e preservar”.

No entanto, a principal controvérsia é exatamente que, ao sugerir o mecanismo de REDD+, os executivos não propõem nada para parar a economia capitalista atual, que é destrutiva por definição; ao contrário, querem usar o REDD+ para justificar sua expansão. E mais: para essa economia de “baixo carbono” que os empresários desejam construir, são necessários

mais minerais e metais, mais terras para agrocombustíveis, mais infraestrutura, mais plantações de árvores para biomassa. Tudo isso resultando em mais desmatamento que essas empresas causarão e, para legitimá-lo, evidentemente pensam nos supostos mecanismos de “compensação” como o REDD+. A atual tendência do REDD+, descrita neste artigo, prevê que o mecanismo trará ainda mais restrições e problemas para as comunidades nas florestas escolhidas para essa “compensação” ou para “estocar” carbono.

O governo federal do Brasil, também na defensiva em relação ao desmatamento, se reuniu em 10 de julho de 2020 (18) com executivos que escreveram a carta, e parece ter acatado o recado deles de investir em mecanismos de compensação. Uma das medidas mais recentes do Ministério do Meio Ambiente é sua reestruturação, substituindo a Secretaria de Florestas pela Secretaria da Amazônia e **Serviços Ambientais** – sendo o carbono considerado um deles – com “a missão de fomentar o mercado de pagamentos por serviços ambientais”. Como disse o ministro do meio ambiente Ricardo Salles durante a última conferência do clima em Madri, em dezembro de 2019: “[É preciso viabilizar o pagamento por serviços ambientais e, finalmente, trazer dinheiro para o Brasil, mas na proporção que o país precisa e merece, e não pequenos valores simbólicos”. (19) De fato, por um lado o REDD+ e, por outro, a ganância destrutiva do capital e a má governança parecem ser dois lados da mesma moeda e que andam de mãos dadas.

Winnie Overbeek, winnie@wrm.org.uy
Membro do Secretariado Internacional do WRM

- (1) Boletim 231 do WRM, De projetos de REDD+ para “REDD+ jurisdicional”: mais notícias ruins para o clima e as comunidades, junho de 2017
<https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao2/de-projetos-de-redd-para-redd-jurisdicional-mais-noticias-ruins-para-o-clima-e-as-comunidades/>
- (2) Califórnia, Estados Unidos: decisão sobre o Padrão Florestal Tropical é adiada para abril de 2019
<https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao2/california-estados-unidos-decisao-sobre-o-padroo-florestal-tropical-e-adiada-para-abril-de-2019/>
- (3) Globo.com, Área desmatada no Acre cresce mais de 400% em um ano, aponta estudo, 2019
<https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2019/08/18/area-desmatada-no-acre-cresce-mais-de-400percent-em-um-ano-aponta-estudo.ghtml>
- (4) Mongabay, In the battle to save forests, a make-or-break moment for REDD+, julho de 2020
<https://news.mongabay.com/2020/07/in-the-battle-to-save-forests-a-make-or-break-moment-for-redd/>
- (5) Relatório REDD Early Movers (REM) no Acre, Brasil, 2018
<https://wrm.org.uy/pt/outras-informacoes-relevantes/redd-early-movers-rem-no-acre-brasil/>
- (6) Idem (5)
- (7) Idem (5)
- (8) Governo do Acre, Na Alemanha, Gladson Cameli visita banco KfW e reafirma parceria para redução de emissões de carbono, 2019
<https://agencia.ac.gov.br/na-alemanha-gladson-cameli-visita-banco-kfw-e-reafirma-parceria-para-reducao-de-emissoes-de-carbono/>
- (9) Governo do Acre, Agronegócio, a transformação econômica do Acre virá do campo, 2019
<https://agencia.ac.gov.br/agronegocio-a-transformacao-economica-do-acre-vira-do-campo/>
- (10) Governo do Acre, Governo anuncia mais de R\$ 2 milhões para comunidades indígenas, abril de 2020,
<https://agencia.ac.gov.br/governo-anuncia-mais-de-r-2-milhoes-para-comunidades-indigenas/>
- (11) Globo.com, MT recebe R\$ 36,8 milhões de banco alemão por acordo de preservação ambiental, janeiro de 2020
<https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2020/01/24/mt-recebe-r-368-milhoes-de-banco-alemao-para-producao-agricola-sustentavel.ghtml>
- (12) Globo.com, Pantanal tem 100 mil hectares destruídos por queimadas que começaram há 10 dias em MT, agosto de 2020
<https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2020/08/11/pantanal-tem-100-mil-hectares-destruidos-por-queimadas-que-comecaram-ha-10-dias-em-mt.ghtml>
- (13) Agência Pará, Semas e comitiva alemã avaliam propostas de investimentos na preservação ambiental, março 2020, <https://agenciapara.com.br/noticia/18378/>; Agência Pará, Semas lança edital para seleção de empresa que dará apoio a projeto de combate ao desmatamento ilegal, 2019, <https://agenciapara.com.br/noticia/16461/>; Governo do Pará, Cooperação Financeira Brasil-Alemanha. Projeto: Combate ao Desmatamento no Estado do Pará, 2019; https://agenciapara.com.br/midias/anexos/16461A_pq_para_11-

[2019_v7_consolidado_pos-revisao_banco.pdf](#) e Governo Amazonas, Em Madri, Wilson Lima apresenta modelo de financiamento adotado pelo Amazonas para captação de recursos, 2019, <http://www.amazonas.am.gov.br/2019/12/em-madri-wilson-lima-apresenta-modelo-de-financiamento-adotado-pelo-amazonas-para-captacao-de-recursos/>

(14) Idem (4)

(15) Carta aberta aos membros do Conselho do Fundo Verde para o Clima (GCF), agosto de 2020 <https://wrm.org.uy/pt/acoes-e-campanhas/apoie-esta-carta-o-conselho-do-gcf-nao-deve-aprovar-mais-solicitacoes-de-financiamento-para-redd/>

(16) Globo.com, Até um quinto das exportações de soja e carne da Amazônia e do Cerrado para UE têm rastros de desmatamento ilegal, diz estudo, julho de 2020

<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2020/07/16/estudo-diz-que-2percent-das-propriedades-da-amazonia-e-do-cerrado-sao-responsaveis-por-62percent-do-desmatamento-ilegal-na-regiao.ghtml>

(17) Valor Econômico Brasil, Em carta a Mourão, CEOs pedem combate ao desmatamento, julho de 2020

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/07/07/leia-a-integra-da-carta-assinada-por-38-ceos-a-mourao.ghtml>

(18) Agência Brasil, Mourão: empresários pedem definição de metas para a Amazônia, julho de 2020

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-07/mourao-empresarios-pedem-definicao-de-metas-para-amazonia>

(19) Agência Brasil, Salles cobrará de países ricos compensação por preservação ambiental, 2019

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-11/salles-cobrara-compensacao-de-desenvolvidos-por-preservacao-ambiental>

A estrada que ameaça destruir a floresta “protegida” de Harapan, em Sumatra do Sul, Indonésia



[Acesse a versão Bahasa indonésia aqui](#)

O governo indonésio aprovou um projeto proposto pela mineradora Miner PT Marga Bara Jaya para construir uma estrada de 88 km atravessando uma floresta de Concessão para Restauração de Ecossistemas (CRE) em Sumatra do Sul. A decisão sobre a aprovação veio à tona em junho de 2020 e dá à mineradora o controle de 424 hectares da floresta Harapan. A estrada serve para transportar carvão da mina da empresa para usinas de energia na província de Sumatra do Sul. (1)

Conforme explicado em um [artigo do Boletim do WRM de março de 2020](#), muitas das florestas pertencentes ao Estado na Indonésia foram categorizadas como “florestas de produção”, com Direitos de Concessão Florestal, principalmente para extração de madeira e plantações em escala industrial.

A categoria das Concessões para Restauração de Ecossistemas (CRE) foi lançada como uma ferramenta voltada para o mercado, com o objetivo declarado de reverter o desmatamento crescente dentro das “florestas de produção”, consideradas como de alto

potencial para conservação. O regulamento de gestão das CREs estabelece que o titular da licença deve promover atividades de restauração para “restabelecer o equilíbrio biológico”. Assim que esse equilíbrio for alcançado, o corte de madeira pode ser permitido novamente.

A primeira empresa a receber uma CRE foi a Restorasi Ekosistem Indonesia (PT REKI) em 2007, para o Projeto Harapan Rainforest. Essa floresta também é o lar de uma comunidade indígena seminômade, os Batin Sembilan. A PT REKI é a titular da licença, enquanto a British Royal Society for the Protection of Birds (RSPB), a BirdLife International e sua afiliada Burung Indonesia criaram uma fundação sem fins lucrativos, que se tornou a principal acionista da PT REKI.

O projeto cobre uma área de quase 80 mil hectares de floresta de várzea nas províncias de Sumatra do Sul e Jambi, depois de ter sido uma concessão madeireira estatal explorada intensamente. Agora, está cercada por plantações de monoculturas de dendezeiros e repleta de conflitos de terra, extração irregular de madeira e desmatamento ilegal para plantações de dendezeiros. (2) No entanto, o projeto rodoviário representa a maior e mais destrutiva ameaça a ela.

Além do desmatamento, da fragmentação da floresta e da destruição geral causados pela construção da estrada e, posteriormente, pela passagem constante de pesados caminhões de carvão e trabalhadores, a obra inevitavelmente dará acesso a mais caçadores e madeireiros ilegais, além de invasores da área, e também irá intensificar o conflito entre seres humanos e vida selvagem.

A aprovação da construção de uma estrada dentro da primeira Concessão para Restauração de Ecossistemas na Indonésia é um exemplo emblemático de suas contradições. Ao mesmo tempo em que mantém uma imagem internacional de preocupação com o combate ao desmatamento, o governo da Indonésia está ativamente engajado na promoção de planos e políticas que levam a mais desmatamento. Esse também foi o principal motivo pelo qual, em agosto de 2020, organizações do país e do exterior enviaram uma carta aberta ao Fundo Verde para o Clima, exigindo que rejeitasse o pedido do governo indonésio de recebimento de verbas de REDD+, por supostamente ter reduzido as emissões do desmatamento no passado. É inaceitável que o Fundo recompense governos que continuam promovendo fortemente o desmatamento em grande escala. (3)

Para compreender melhor o contexto e os conflitos, o WRM entrevistou um ativista comprometido com a justiça social e ambiental na Indonésia, que tem acompanhado de perto a situação nessa área de concessão e o projeto da estrada. Seu nome é preservado por razões de segurança.

WRM: ONGs conservacionistas afirmam que estão restaurando a floresta tropical de Harapan. Você viu isso acontecendo? Se não, quais são os principais problemas?

Ativista:

Como resultado da exploração florestal, é gravíssima a condição da Floresta Harapan, pois antigos Direitos de Concessão Florestal se transformaram no Projeto de Concessão para Restauração do Ecossistema de Hutan – floresta - Harapan.

Durante a fase de implementação desse projeto, nem todas as Comunidades Indígenas Batin Sembilan que residem na área foram convidadas a participar. Uma das que ficaram de fora é a do Povo Pangkalan Ranjau.

Na minha opinião, a restauração de áreas já exploradas por meio de Concessões para Restauração de Ecossistemas, como o Projeto Hutan Harapan, deveria ser feita garantindo forte envolvimento e orientação das Comunidades Indígenas em todas as fases: implementação, restauração, preservação, gestão, etc., porque são elas que conhecem melhor a área e vêm protegendo a floresta há gerações.

WRM: Por que você tem se oposto à construção da estrada?

Ativista:

Sou contra todas as formas de exploração de áreas naturais, incluindo aquela gerada por projetos de mineração de carvão e o estabelecimento de sua infraestrutura de apoio.

A estrada para o transporte de carvão é apenas a expressão de uma exploração maior, a saber, a própria mina de carvão. Portanto, eu rejeito veementemente sua presença.

Na minha opinião, a área está em condições muito críticas, afetada por todas as grandes madeiras devido a licenças extrativas anteriores.

WRM: Não faz sentido construir uma estrada em uma área que deveria ser restaurada e conservada. Quem se beneficia dessa proposta e a apoia?

Ativista:

A única beneficiária da construção dessa estrada é a própria mineradora de carvão.

WRM: Como a floresta de Harapan poderia ser mais bem restaurada e conservada, considerando os interesses das indústrias de mineração, dendê e madeira?

Ativista:

A Restauração da Floresta Tropical de Hutan Harapan deve garantir o envolvimento e a orientação dos Povos Indígenas da área em todos os aspectos e etapas. São eles que conseguem impedir a exploração da floresta e proteger o meio ambiente. Assim, é necessário um trabalho conjunto.

WRM: Agora que o projeto rodoviário foi aprovado, quais são seus planos e que tipo de ações de solidariedade nacional e internacional você acha que são necessárias?

Ativista:

Apoiamos os povos indígenas na preservação e na proteção de suas áreas consuetudinárias, continuamos nos opondo e protestando contra a construção dessa estrada diante do governo e dos envolvidos, tanto em nível nacional como internacional, e estamos fazendo esforços judiciais e não judiciais para rejeitar a expansão da mineração de carvão no país.

A denúncia internacional dessa estrada e de outros projetos destrutivos na Indonésia é fundamental para gerar pressão sobre o governo e as empresas que planejam destruir

grandes áreas florestais que são essenciais para as comunidades que dependem da floresta.

(1) Mongabay, Indonesia approves coal road project through forest that hosts tigers, elephants, julho de 2020

<https://news.mongabay.com/2020/07/indonesia-approves-coal-road-project-through-forest-that-hosts-tigers-elephants/>

(2) REDD-Monitor, Questions for the Harapan Rainforest Project: Land conflicts, deforestation, funding, and the proposed construction of a coal transportation road, 2019

<https://redd-monitor.org/2019/05/02/questions-for-the-harapan-rainforest-project-land-conflicts-deforestation-funding-and-the-proposed-construction-of-a-coal-transportation-road/>

(3) The Green Climate Fund (GCF) must say No to more REDD+ funding requests, agosto de 2020

<https://wrm.org.uy/actions-and-campaigns/the-green-climate-fund-gcf-must-say-no-to-more-redd-funding-requests/>

RECOMENDADOS

Crítica feminista ao poder das empresas

A Marcha Mundial das Mulheres e a Sempreviva Organização Feminista (SOF) produziram uma série de vídeos com reflexões, a partir de uma crítica feminista, sobre o poder das empresas em três setores industriais de exploração: a indústria de alimentos, a digitalização e a indústria têxtil. Os vídeos estão disponíveis em espanhol, português, inglês e francês.

ES: https://www.youtube.com/playlist?list=PLyvHWAa1OEP9HTje4jaAdW_ZmmFHexRrS

PO: https://www.youtube.com/playlist?list=PLyvHWAa1OEP8CGMzi_1ZOFN7AjL7tWtY1

IN: https://www.youtube.com/playlist?list=PLyvHWAa1OEP_i_Ji8aF2oZVY_5HDTKYbV

FR: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLyvHWAa1OEP-dgiAGy7EKUq-rFzi3SMvd>

Defensores de terras enfrentam violência cada vez maior

A ONG Global Witness divulgou recentemente seu relatório de 2019 sobre a violência contra os defensores da terra e do meio ambiente – aqueles que estão na linha de frente da resistência à devastação e à exploração de pessoas e territórios. O relatório evidencia que 2019 foi o ano com o maior número de pessoas assassinadas desde 2012, quando a ONG começou a publicar dados. Um total de 212 defensores da terra e do meio ambiente foi morto em 2019, uma média de mais de quatro pessoas por semana. Mais da metade de todos os assassinatos relatados ocorreram em dois países: Colômbia e Filipinas. Leia o relatório completo, em inglês, aqui.

<https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/defending-tomorrow/>

“Certificação sem sentido”

Três quartos das concessões de dendezeiros na Indonésia e no Bornéu malásio certificadas pela Mesa Redonda sobre Óleo de Dendê Sustentável (RSPO) ocupam terras que eram florestas e/ou habitats de vida selvagem há 30 anos. Um novo estudo sobre plantações de dendê certificadas e suas ligações com o desmatamento passado, publicado na revista *Science of the Total Environment*, conclui que o fracasso da RSPO em contabilizar o desmatamento passado significa que “qualquer área explorada ‘hoje’ poderia ser certificada ‘amanhã’ como plantação sustentável, em um ciclo infinito de certificação sem sentido.” Leia um artigo do portal de notícias Mongabay, em inglês, aqui. <https://is.gd/Bqlyz8>

A farsa das doações no combate à Covid-19 no Brasil

Uma rede de organizações da sociedade civil e de movimentos sociais lança uma carta para expor as ações das empresas que aproveitam o momento de crise com a pandemia de

Coronavírus para fortalecer a imagem de suas marcas com doações a populações em situação de vulnerabilidade, ao passo que seguem operando em meio a pandemia. A carta ressalta, ainda, o papel desempenhado pelos movimentos sociais e ONGs que — sem receber o mesmo papel de destaque na imprensa — prestam solidariedade a populações carentes das zonas urbana e rural doando alimentos, produtos de consumo não duráveis e material de limpeza com diversos casos em uma rede de apoio construída de Norte a Sul no país.

Organizações do Brasil mas também de outros países são convidadas a assinar esta carta - até o 21 de setembro- para apoiar a resistência desses grupos contra os impactos das empresas em seus territórios.

Leia a carta na íntegra e assine aqui: <https://wrm.org.uy/pt/acoes-e-campanhas/brasil-carta-denuncia-farsa-das-doacoes-das-corporacoes-que-controlam-plantio-de-arvores-commodities-agricolas-petroleo-e-mineracao/>

Um live foi organizado onde representantes de organizações e comunidades de diferentes partes do país compartilharam suas experiências sobre as falsas soluções, a captura corporativa e os impactos dessas empresas em seus territórios. Você pode acessar ao vídeo aqui: <https://www.facebook.com/WorldRainforestMovement/videos/763101757837653>

Todos os artigos do Boletim podem ser reproduzidos e divulgados com a seguinte fonte: **Boletim 251 do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM): "O capitalismo verde se expande sobre comunidades e territórios"** (<https://wrm.org.uy/pt/>)

[Assine o Boletim do WRM](#)

O boletim busca apoiar e contribuir com as lutas dos povos para defender seus territórios e florestas. A assinatura é gratuita.

Você perdeu a última edição do boletim do WRM “COVID-19: Um alibi para mais opressão, controle corporativo e destruição de florestas”?

[Acesse esta e todas as edições anteriores neste link](#)

Boletim do Movimento Mundial pelas Florestas (WRM)

Este boletim também está disponível em Inglês, Espanhol e Francês

Editora: Joanna Cabello

Apoio editorial: Elizabeth Díaz, Lucía Guadagno, Jutta Kill, Winfridus Overbeek e Teresa Pérez

Secretaria Internacional do WRM

Avenida General María Paz 1615 escritório 3.

CP 11400, Montevideo, Uruguai

Tel/fax: +598 26056943

wrm@wrm.org.uy - www.wrm.org.uy/pt